

SOBRE O MUSEU DA PAZ

Marcelo Sá de Sousa (Mestrando)

Prof. Dra. Tereza Scheiner (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS
UNIRIO/MAST, RJ, Brasil

Resumo

Conceber um museu inserido efetivamente no tecido social implica reconhecer a legitimidade da abordagem de questões políticas candentes. A partir do reconhecimento do caráter social, agônico e processual da Paz, é possível compreender o papel a ser desempenhado pelo Museu na sua construção. A localização da reflexão museológica numa perspectiva política e filosófica permite analisar as relações engendradas entre Museu e Paz, tomando a prática dos “Museus da Paz” como proposta ética.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Museu da Paz. Paz. Política.

ACERCA DEL MUSEO DE LA PAZ

Resumen

Concebir un museo que se encuentre inserto efectivamente en el tejido social implica reconocer la legitimidad del abordaje de candentes cuestiones políticas. A partir del reconocimiento del carácter social, agónico y procesual de la Paz, es posible comprender el papel que desempeña el museo en su construcción. La localización de la reflexión museológica desde una perspectiva política y filosófica permite analizar las relaciones engendradas entre el Museo y la Paz, tomando la práctica de los “Museos de la Paz” como propuesta ética.

Palabras clave: Museo. Museología. Museo de la paz. Paz. Política.

ABOUT THE PEACE MUSEUM

ABSTRACT

To conceive a museum effectively inserted in the social fabric implies to acknowledge the legitimacy of dealing with prominent political issues. From the acknowledgment of conflict, process and social character as inherent aspects of peace it becomes possible to understand the role that museums can perform in its construction. The insertion of museological thought in a philosophical and political framework turns possible the analysis of the relations between Museum and Peace, emphasizing the Peace Museum idea as an ethical proposal.

Key words: Museum. Museology. Peace Museum. Peace. Politics.

SOBRE O MUSEU DA PAZ

Marcelo Sá de Sousa (Mestrando)

Profa. Dra. Tereza Scheiner (Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS –
UNIRIO/MAST, RJ, Brasil

INTRODUÇÃO

Quando tratamos brevemente de um tema como esse, é preciso deixar claro desde as primeiras linhas: muitas são as faces e aplicações do que podemos chamar de “museu da paz”, o que caracteriza o estudo desse tema como um desafio, mesmo em seu momento inicial. É ainda tão importante quanto ter em mente que o entendimento banalizado que usualmente encontramos do conceito de **paz** constitui até mesmo um empecilho para a apreensão do tema.

Legado em parte da contracultura, a “ideia contemporânea de paz” presente no senso comum é marcada pela destituição de seu caráter social, transformando-se em um conceito etéreo, inatingível e privado, o que torna a mera possibilidade de sua musealização algo quase ridículo e inócuo. Isso acaba por contribuir com a caracterização do tema como algo - na melhor das hipóteses - exótico. Ocorre que a ideia de paz e as suas vias de realização são objeto de estudo e justificativa de atuação para os mais diversos campos, como a Educação para a Paz, o pensamento político-filosófico, a Polemologia¹ e, também, a Museologia, sob a forma do Museu da Paz.

Martin Segger nos relembra da incômoda relação entre museu e guerra, sob a figura dos espólios, ao declarar que “museus têm sido tudo menos espectadores inocentes em tempos de guerra. Na verdade, eles possuem um longo e ilustre histórico como beneficiários”². O Museu da Paz trata de uma relação oposta: a relação entre a instituição museu e o tema da paz e da reconciliação. Como aponta Ursula-Marie Ruser: “o conceito de museus da paz é bastante novo e há tantas abordagens quanto indivíduos ou grupos responsáveis por sua consolidação [tradução nossa]”³. Em consonância com tal pensamento, Terrence Duffy também reconhece que

frequentemente se faz a abrupta pergunta: “o que exatamente é um museu da paz?” É difícil responder com uma resposta igualmente tão concisa. As origens de tão inusitada tendência no mundo dos museus são complexas e a gama de instituições as quais poderiam ser incorporadas sob o título de “museus da paz” são diversas [tradução nossa]⁴

A dificuldade de definição advém do fato de que as faces e aplicações do que poderíamos chamar de “museus da paz” são, certamente, múltiplas. De maneira segura, podemos afirmar que, em seu surgimento institucional, os primeiros museus que – hoje – identificamos como “museus da paz”, surgiram

¹ Área do conhecimento que tem como objetivo abordar cientificamente o tema da paz e da pacificação. Possui diferentes nomes de acordo com o idioma em questão, como *Peace Resarch*, *Polemologie*, ou Investigação para a Paz (no Português de Portugal).

² SEGGER, 1998, não paginado. Tradução nossa.

³ RUSER, 1998, Não paginado.

⁴ DUFFY, 1993, p. 4.

como espaços de construção de um discurso essencialmente anti-guerra, através das artes; e, ironicamente, foram destruídos por razão de conflitos armados, como é o caso do museu criado por Jean de Bloch em 1902 (*Museu Internacional de Guerra e Paz*), na Suíça; e dos dois criados por Ernst Friedrich, em 1923 e em 1940, na Alemanha e em Bruxelas, respectivamente⁵. Nesse contexto, a exceção seria o Palácio da Paz, fundado em Haia, na primeira década do século XX. Esse museu representa a primeira tentativa identificada de se criar um espaço museológico voltado exclusivamente à temática da paz. Diferentemente dos museus que surgiram pouco tempo depois, sua abordagem não se dava através da retórica anti-guerra, e sim da valorização das leis internacionais como instrumento de manutenção da paz. Não seria exagero afirmar, portanto, que, em um momento inicial, os museus da paz estavam mesmo imersos numa atmosfera beligerante.

Com exceção do Palácio da Paz, com sua empreitada de promoção de uma “paz legalista”, os primeiros museus da paz eram, na verdade, museus anti-guerra; o que denota uma identificação redutora da ideia de paz a um caráter *negativo*, que somente toma sentido a partir (e exclusivamente) da negação da guerra.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO

No decorrer do século XX, novos desdobramentos bélicos influenciam de maneira radical a prática da Museologia voltada para a pacificação, fazendo surgir novos paradigmas. O Holocausto, o lançamento das bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, a criação da ONU e da UNESCO, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a luta pelos direitos civis das minorias e outros movimentos representaram marcos na luta pela paz, que irão afetar diretamente o campo dos museus.

O caso japonês é significativo: com a reconstrução do país então devastado, a promoção da paz ganha destaque. Hiroshima torna-se uma cidade-monumento antinuclear - e uma nova feição, moderna, do conceito de museu da paz surge, não focalizando e antagonizando genericamente o fenômeno da guerra, e sim sustentando, a partir de problemáticas específicas, um discurso pacificador⁶. O tratamento que os japoneses passam a dar à problemática da necessidade de se evitar uma tragédia semelhante no futuro acaba por - junto com outras iniciativas de natureza semelhante⁷ - dilatar o conceito tradicional de museu da paz, permitindo uma abordagem de tom pacificador mais amplo, que surge para além da negação do conflito, englobando outras questões e perspectivas.

Como podemos observar, a trajetória conceitual por que passa o que se convencionou chamar de “museus da paz”, embora breve⁸, sofre

⁵ No caso particular dos experimentos de Ernst Friedrich, a ironia se fez de maneira ainda mais nefasta: após fugir da Alemanha nazista que destruíra seu museu de Berlim, considerado subversivo, Friedrich viu seu novo museu anti-guerra sucumbir perante a invasão das mesmas forças que destruíram seu projeto anterior, desta vez em Bruxelas. Cf. DUFFY, 1993.

⁶ Duffy (1993) identifica esse subtipo de museu da paz, fruto de problemática específica, como “issue-based museums”.

⁷ Ou seja, museus da paz que surgem trabalhando problemas específicos, mesmo que de natureza humanitária - e, portanto, que diz respeito a toda humanidade; em suma, “*issue-based museums*”, como referenciado em nota anterior.

⁸ Trata-se de uma tradição de aproximadamente um século, em que pese a divergência de marcos adotada por diferentes autores.

significativas modificações. É compreensível, portanto, que tal panoramaintente variadas tentativas de categorização, como a proposta por Duffy⁹. Consideramos, contudo, tais tentativas incipientes, pois, ou partem de um princípio binário (aborda-se ou não a promoção da paz ou apenas o horror da guerra) ou pecam por insular certos aspectos - como a luta pelos direitos civis - dentro de um universo periférico da luta pela paz, constituindo como que um satélite do campo de atuação principal, apenas aceito pela necessidade expressa de “flexibilização” conceitual.

Ademais, é importante salientar que as abordagens e categorizações sobre o tema surgem, em geral, no campo da Polemologia e da Educação, não da Museologia. Com isso, consideramos que um grande potencial de análise se perde, além de engendrar teorizações acerca da prática museológica que consideramos equivocadas¹⁰.

BREVE PANORAMA SOBRE A IDÉIA DE PAZ

Para compreendermos a legitimidade da atuação do museu enquanto elemento de militância em prol da paz, é fundamental que tenhamos em mente a dimensão essencialmente social de tal conceito e seu itinerário de significação. Historicamente, a idéia que se faz de “paz” foi interpretada de múltiplas maneiras, por civilizações e sociedades diversas, em momentos cronológicos distintos, caracterizando, dessa forma, conjuntos de compreensão e de vivência que podemos denominar como *tradições de interpretação*. Mencionaremos algumas brevemente.

Na matriz clássica grega, no plano mitológico, às importantes divindades da natureza conhecidas como “As Horas”¹¹ (*Talo, Carpo e Auxo*¹²), filhas de Zeus e Têmis, cabia o papel de acompanhar os grandes deuses e certos heróis, além de guardar as portas do céu. Ligadas à vegetação – personificando alguns períodos do tempo - são divindades cujos poderes estão atrelados à ideia de semear, medrar e frutificar¹³. *Eirene*, uma das *Horas*, também era considerada e venerada pelos gregos como a personificação da paz. Representada como uma bela jovem, sua existência no imaginário grego nos indica a idéia fugaz que os gregos alimentavam da paz –

⁹ Para o autor, poderíamos, para fins didáticos, categorizar esses museus em diferentes “modelos”, como *issue-based museums* (museus criados em resposta a eventos/problemas específicos, como os do holocausto), museus da paz que focalizam assuntos humanitários de natureza geral de grupos/indivíduos, como o Museu da Cruz Vermelha (Genebra) e o daquele grupo de museus que poderiam ser definidos “de maneira bastante flexível” (adverte ele) como os “museus de não-violência”, de que são exemplo os devotados a tal temática na Índia e nos EUA.

¹⁰ Terrence Duffy, por exemplo, estudioso da Paz e da Resolução de Conflitos - além de importante referência para o estudo sobre nosso tema -, utiliza constantemente da expressão “museologia da paz” (Cf. DUFFY, 1998), cujo emprego julgamos equivocado. Não acreditamos na existência de uma “Museologia da Paz”, como empregado pelo autor. O museu da paz é apenas uma expressão ética do eferescente campo da Museologia; não constituindo, dessa forma, um arcabouço suficiente que justifique tal nomenclatura. Além disso, falar em uma “museologia da paz” implica falar em uma museologia da arte, da história, da etnografia, ou de qualquer outro tipo de coleção com que o museu trabalhe. O que existe é uma Museologia, aplicável a diferentes contextos, como propõe André Desvallées (1988).

¹¹ VICTORIA, 2000, p. 72.

¹² São os nomes que os atenienses davam às divindades: Eunomia (ordem), Diqué (justiça) e Eirene

¹³ No caso, a divindade Eirene.

a final, ela representava um período do tempo – e sua relação fraterna com a justiça e a ordem; nomeadamente, *Eunomia* e *Diqué [Diké]*¹⁴.

Para os romanos, o conceito de paz era originalmente terreno, destituído de aura mítico-sobrenatural, e, sobretudo, armado. Dimensão dominadora da paz, a *Pax Romana* emana da autoridade, e é algo passível de estabelecimento pelo poder central e instituído, proveniente da segurança das armas¹⁵. É uma paz instituída verticalmente. É também um conceito de paz que nos é bastante familiar, como observa Marcelo Rezende Guimarães, em seu rico levantamento sobre o tema, quando afirma que

por seus significados práticos, é uma tradição que obteve imensa repercussão no Ocidente, ainda hoje muito presente no senso comum e nas diversas instituições e organizações da sociedade, como o exército, muitas vezes definido como força e escola de paz¹⁶.

Na tradição judaica, em sua filiação aos textos religiosos, a paz aparece com conotações pactuais¹⁷, intercedida pela figura divina, além de positivamente definida. Tal oposição ao militarismo romano será aprofundada pelo cristianismo primitivo, no qual “a paz é um dom messiânico e não apenas uma simples disposição da alma”¹⁸.

Portanto, a tradição judaico-cristã rechaça o que poderíamos chamar de “concepção belicosa de paz” (romana) e recupera o elemento divino, de uma maneira que se assemelha, apenas em determinados aspectos, aos gregos antigos. Para os judeus e cristãos primitivos, não obtemos a paz nos assegurando através da construção de muralhas altas e imensos exércitos, assim como também não a vivemos (ainda que provisoriamente) prestando adoração a uma divindade ou conjunto delas. Alcançamos a paz a partir de uma propensão interior, de uma vontade de espírito, e através de um pacto com o próprio Deus único, agindo de acordo com seus desígnios, de maneira obediente. Presumivelmente, por sua filiação a um modelo de civilização disseminado por grande parte do globo, essa tradição nos deixou um legado referencial que dificilmente pode ser contornado, além de, historicamente, ter se mesclado e se deixado influenciar por outras visões de mundo, sendo uma delas a própria concepção romana de paz.

Com a consolidação da paz romana imperial, ou seja, a vivência de um período singular de estabilidade social e política, a simbólica romana de paz sofre um entrelaçamento com o estoicismo. A visão de paz passa por um

¹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Biografias**. Campina Grande, 2009. Disponível em: www.dec.ufcg.edu.br/biografias/. Acesso em: 1 jun. 2009. Não paginado.

¹⁵ Vale lembrar o ensinamento: “se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

¹⁶ GUIMARÃES, 2005, p.98

¹⁷ “a simbólica da paz funde-se com a simbólica sponsal da aliança. Essa mesma conotação de aliança dá origem aos mais conhecidos símbolos da paz: a pomba e o ramo de oliveira. O relato se encontra em Gn 8, dentro do ciclo de Noé e da narrativa sobre o dilúvio. Após os 40 dias de dilúvio, Noé soltou uma pomba para a ver se as águas haviam baixado na superfície do solo. A pomba, não encontrando onde pousar, voltou a ele na arca. Sete dias depois, soltou novamente a pomba que voltou a ele, tendo no bico um ramo novo de oliveira, sinal da vida que renasce após a catástrofe (Gn 8, 6-11). Após esse relato, firma-se uma aliança entre a humanidade e Deus (Gn 9)” (GUIMARÃES, 2005, p. 102).

¹⁸ Ibid., p. 104.

movimento de interiorização, deixando de estar atrelada às condições externas, em oposição às ameaças dos inimigos da República. Para os romanos, a paz, que até então possuía um significado objetivo, a ser alcançado pelo poder instituído em prol de todos os cidadãos, toma ares de subjetividade, transformando-se em uma empreitada individual, embebida de estoicismo.

Grécia e Roma antigas, surgimento do Judaísmo e do Cristianismo. Essas são certamente as grandes contribuições, os legados civilizatórios que ajudaram o Ocidente a formular uma ideia de paz. Contudo, a interpretação dessa ideia não permaneceu imutável desde então, sofrendo, ao longo da história, novas influências e re-avaliações que ampararam a moldagem do pensamento que nós, sociedade contemporânea, fazemos de paz, de maneira consciente ou não.

Presumivelmente, um dos fundamentos teóricos da reflexão ocidental sobre essa questão é o pensamento platônico. Nele, as virtudes desejáveis emergem costumeiramente da subordinação da paixão à razão¹⁹; o mesmo se dá com a paz, tida mais como o contrário da discórdia e da sedição do que da guerra em si. Para Platão, “a guerra deve unificar os contrários, afrontar as oposições e resolvê-las na sábia subordinação do inferior ao superior”²⁰.

Em um processo histórico, o Cristianismo se apropriou aos poucos de influências platônicas e de certo estoicismo, como o contido na ideia que aos poucos se torna hegemônica de “paz da alma”. Essa cristianização do pensamento de Platão passa, sem dúvida, pela contribuição filosófico-teológica que vai representar Santo Agostinho e seu edifício conceitual, erigido em defesa da ordem. Fiel representante de uma religião que se consolidava ao mesmo tempo em que modificava antigos pressupostos, a reflexão de Santo Agostinho é expoente de um novo Cristianismo, que, diferentemente de sua matriz primitiva, não era mais avesso ao conflito armado, abandonando assim seu antimilitarismo antes patente. Tal modificação do pensamento cristão é de fundamental importância para compreendermos como um cristianismo que em sua fase primitiva e perseguida pregava o antimilitarismo - em uma afronta aos romanos -, após o adensamento de seu processo de consolidação, rompe com algumas de suas mais importantes características originais.

O surgimento do Renascimento e o esfacelamento de velhos paradigmas político-econômicos do mundo medieval e de seu Cristianismo engendram novas e importantes problematizações da paz, em termos renovados e dessacralizados. A paz que, como vimos, desde os gregos antigos, apresentava uma feição que se relacionava em algum sentido com um plano mítico-religioso, se insere no universo desse homem renascentista, do Humanismo, de uma humanidade que se encontra repensando seus estreitos (e sufocantes) laços com a instituição religiosa. É o caso de nomes como Erasmo de Roterdã (que se opõe à ideia da fundamentação da guerra como parte integrante da natureza humana, e ao cristianismo belicoso), dos Contratualistas e de Espinosa, que buscam racionalizar a ideia de paz, destituindo-a de sua relação com o divino e teorizando sobre o papel do Estado na sua manutenção. Immanuel Kant é também representante desse

¹⁹ PLATÃO, 2004.

²⁰ Ibid., p. 107.

mesmo movimento de reflexão política sobre a paz, embora produzindo tempos depois, no século XVIII. Dedicando um tratado inteiramente ao tema (“À Paz Perpétua”), Kant elabora uma análise sobre as possibilidades da paz duradoura (perpétua), oferecendo um projeto filosófico e uma agenda de ação, que continha os artigos que precisavam ser seguidos para sua concretização²¹.

A paz passa a fazer parte de um projeto moderno contra a realidade de guerras sucessivas, adquirindo assim uma dimensão processual, de algo a ser construído, diferentemente de um dos pólos entre dois absolutos (guerra e não-guerra).

É importante, porém, não deixar de mencionar idéias que fogem dos domínios da razão pura, como as de Nietzsche. O vitalismo nietzscheano enxerga na guerra uma força essencial do seres humanos. Apesar da conotação nem sempre precisa que o autor emprega ao se valer do termo “guerra” (que às vezes parece significar apenas “conflito”), o pensamento nietzschiano dificilmente pode ser utilizado como afirmação das possibilidades e da necessidade de paz. Nietzsche enxerga, na verdade, “a guerra como uma etapa no desenvolvimento da humanidade, uma espécie de sono ou inverno da cultura, de onde o homem sai mais forte”²². Contudo, a visão que ele estabelece sobre a relação entre a guerra e a paz ao longo de sua obra oferece nuances²³, além de exigir uma interpretação que leve em consideração algumas características fundamentais do pensamento do autor, como a maneira com que ele tematiza a força vital dos indivíduos e a ação, e o caráter essencialmente trágico da existência. De maneira sintética, podemos observar que a rejeição de Nietzsche pela ideia de paz é fruto da associação que o autor elabora entre a paz e a ausência de vontade de potência; de acúmulo de força e afirmação da vida. Ele identifica nela a presença de uma “moral dos escravos”²⁴, favorecendo a obediência e a convivência, sublimando o conflito, algo tão caro ao pensador alemão. A lição que o debate sobre a paz deve colher no pensamento de Nietzsche é de que o conflito é uma realidade incontornável, imanente à nossa organização social – e, portanto, parte integrante da nossa existência. A questão são as suas vias de resolução.

Essa trajetória que mencionamos brevemente representa um núcleo interpretativo que constitui a base teórica a partir da qual outras interpretações multifacetadas se desdobram, seja corroborando pensamentos anteriores, seja propondo novas visões sobre o tema. De maneira *negativa*, podemos dizer, portanto, que, contemporaneamente, a paz toma como antítese a violência²⁵ e não a guerra ou o conflito, e que ela se realiza através do

²¹ Seu tratado contém também a defesa do republicanismo e da organização federativa dos Estados nacionais em nome da construção da paz, sem que isso implicasse em perda de autonomia de nenhuma das partes, renunciando assim, em 1792, em grande parte, a criação da Organização das Nações Unidas, que somente ocorreria séculos depois. Cf. Kant, 2008.

²² Nietzsche, 2005, p. 145.

²³ GUIMARÃES, 2005.

²⁴ “Para analisar o valor da nossa moral, Nietzsche vai opor dois universos espirituais: o dos senhores e o dos escravos. [...] Nossa moral é de escravos, e seus valores vão se tecendo em torno de um certo ideal de convivência. Nosso imaginário social desenha como ponto ótimo uma convivência isenta de conflitos, em que se pensa que vivemos nossa ‘felicidade’. Se esses indivíduos não entram em conflito, é porque não aspiram a mais nada, suas vontades estão paralisadas[...].” (ABRÃO, 2004, p. 414).

²⁵ Considerada - sobretudo através do aporte de estudos antropológicos - algo não natural, muitas vezes fruto da indistinção entre agressividade (algo inerente ao ser humano) e agressão.

compromisso e da negociação. Atualmente, o conceito de paz tem sido usualmente associado com a promoção da **tolerância**, dos direitos humanos e da resolução não-violenta dos conflitos (que são, inegavelmente, parte integrante da vida humana).

Sobre tolerância, um aparte: seja em discussões acadêmicas ou em programas internacionais (como os desenvolvidos pela ONU/UNESCO), a “promoção da tolerância” é algo que deve permear nossas ações políticas e culturais, para o desenvolvimento de uma sociedade mais plural e igualitária. Isso não seria, contudo, uma contradição em termos? Quando falamos em “tolerar”, expressamos uma ideia que dispõe uma relação entre – no mínimo – dois elementos: aquele que tolera e a entidade a ser tolerada. Isso significa, contudo, uma relação desigual. Parece haver algo de régio, de majestático nessa relação. Um, elemento em uma posição de Poder superior, permite tacitamente o Outro; consente, suporta, aguenta, mesmo tendo o “poder” de vetar. Apesar de – aparentemente – ter como objetivo a convivência e o respeito entre diferentes sociedades e grupos os que se valem da expressão “tolerância”, não haveria com isso o perverso risco de cristalização de uma relação de poder entre desiguais? Mantemos a pergunta.

Este panorama nos auxilia a tornar evidentes os mecanismos que atuam sobre a construção da ideia que fazemos da paz, e de sua posterior (e contemporânea) banalização, no que se refere ao senso comum²⁶. Essa apresentação nos permite desconstruir o pensamento padrão sobre o tema, ao apontar suas mutações ao longo dos tempos; fazendo isso, podemos melhor compreender a interpretação do campo da paz enquanto arena de atuação social e inserir em seu universo a prática museológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve e necessária explanação sobre as definições do Museu da Paz nos ajuda a entender o funcionamento de uma prática que comporta uma miríade de expressões, sendo tão dinâmica e passível de transformações e permanências, críticas e afirmações, quanto o próprio conceito de paz.

A paz não deve ser tomada apenas pela ausência de conflito armado, e sim como um universo de elementos cuja presença é considerada igualmente importante para o bem-estar de uma sociedade. Não por acaso, a *International Network of Museums for Peace* congrega instituições de diferentes temáticas e organismos internacionais como a ONU e a UNESCO desenvolvem programas e agendas no sentido de promoção de uma cultura de paz. Nessa luta **não há questões periféricas**. Um regime de *apartheid*, por exemplo, é tão nocivo e contrário à paz quanto qualquer guerra entre nações. Como discorre essa importante instituição, o *Apartheid Museum*, na África do Sul, que trata como pilares de sua atuação a defesa da Democracia, Igualdade, Reconciliação e Diversidade:

²⁶ Guimarães (2005, p.154) comenta: “Ao olhar como o Ocidente construiu a noção de paz, é impossível não constatar a perda de seu conteúdo político e intersubjetivo e sua progressiva privatização, de modo a tornar a noção de paz, no senso comum, como algo privado, particular, próprio de indivíduos. Reduzir a noção de paz aos sentimentos de segurança ou de tranquilidade foi, sem dúvida, um empobrecimento”.

Apontando um espelho para o mundo, o Apartheid Museum levanta o questionamento se as lições foram aprendidas na luta por democracia e liberdade durante a turbulenta porém triunfante história da África do Sul são reconhecidas por toda a sociedade. Racismo e discriminação devem ser reconhecidos onde existirem e não devem ser tolerados sob nenhuma hipótese, nem permitidos a tomarem posse e se institucionalizarem como ocorreu na África do Sul.

O Museu do Apartheid narra a ascensão e queda do Apartheid e a habilidade de uma nação de encarar a realidade da força destrutiva em seu seio e de superá-la através da oposição, da luta armada, e, por fim, do diálogo e da reconciliação. É uma mensagem para todas as nações em um mundo sobrecarregado pelo conflito, ódio e intolerância [tradução nossa]²⁷

Não se trata de negar o conflito e a agressividade dos e entre os seres humanos, e sim da defesa de um conjunto de valores e comportamentos orientados por um princípio de não-violência e de justiça social.

É nesse sentido, de algo essencialmente amplo e indivisível, que nos opomos a tentativas de categorizar os museus da paz sob uma perspectiva meramente temática ou de aplicação deste ou daquele modelo conceitual. Não falamos aqui de “um novo museu” ou de uma base conceitual instaurada sobre o objeto ou o território, e sim de uma **proposta ética**. A ideia por trás do “Museu da Paz” é que também essas instituições - ditas “culturais”, porém que não estão à parte nem acima do plano político – se engajem de maneira direta nessa luta pela paz e no debate social orientado por esses valores. Não se trata de algo exótico ou que exija a dilatação das fronteiras de compreensão teórica e prática dos museus e da Museologia. Pelo contrário, após expormos as características de nosso tema, podemos, na verdade, proceder à reafirmação

do que nos parece ser, hoje, o Museu. Não o templo das musas, um espaço de memória, a sala do tesouro, não um todo instituído – espaço ou território patrimonializado – **mas um evento, um acontecimento, uma eclosão da mente ou dos sentidos.** Potência absoluta, o Museu é o que pode ser, está em todas as partes e tomará a forma que lhe for possível, no tempo desejado, para re-presentar, comunicar, criar e fazer sentido das coisas, sobre as coisas (e apesar das coisas), ainda que para isto seja necessário simular e seduzir. Pois o Museu de hoje, mais que síntese ou representação de mundo, é uma instância de presentificação dos novos modos pelos quais o homem vê o mundo[...]²⁸

Sob o rótulo de Museu da Paz há, portanto, espaço para tudo aquilo que a sociedade organizada entende ser indispensável para a promoção e estabelecimento de uma (con)vivência desejável, seja em que escala for, local ou não.

²⁷ TILL, Christopher. **Support the Apartheid Museum.** Joanesburgo: Apartheid Museum, [20--]. Disponível em: < <http://www.apartheidmuseum.org/> >. Acesso em: 12 ago. 2010.

²⁸ SCHEINER, 1998, p.144.

Tendo a convivência como base conceitual²⁹ (ao invés do objeto ou do território, como nos casos do Museu Tradicional e do Ecomuseu), a análise da idéia de um museu da paz possibilita uma observação privilegiada dos termos através dos quais se efetiva a relação entre Museu e Política. Apesar de a Museologia sempre reconhecer que “o museu é uma instituição política”, tal afirmação nada ou pouco esclarece sobre o papel desempenhado pelos museus no que se refere à sua interface com o poder político institucional e sua - citada - atuação política. O debate da área da Museologia, embora promova com regularidade diversas abordagens, fruto de diferentes análises que dizem respeito ao Museu, por vezes parece se esquivar do domínio político, refugiando-se em leituras gerais sobre o papel social dos museus e da Museologia, ou até mesmo sustentando generalizações viciadas, como a que citamos.

Sabemos que o Museu, na sua forma instituída, esteve - sobretudo a partir do Setecentos - associado aos itinerários percorridos pelos Estados nos quais estava inserido, reproduzindo como repertório seus sistemas de pensamento e até mesmo formas de dominação, como o espólio e o colonialismo; e que, até por financiamento público e ascendência governamental (inúmeros são os países que possuem um equivalente da ideia de “Ministério da Cultura”), os museus possuem uma nítida e perene vinculação com o poder constituído. Mas essa constatação da relação Museu-Política apenas nos oferece um rascunho vertical das relações políticas, ainda mais quando tomamos como referência nosso objeto.

Quando levamos em conta ideias como as de Hannah Arendt, pensadora cuja reflexão toma a polis como referência central e para quem a Política se dá em âmbito comunitário e o Poder é fruto da ação conjunta dos seres humanos³⁰; e as relacionamos com um museu pacifista, que atue nos termos caracterizados, torna-se possível observar uma relação política nem sempre citada, que é a do Museu enquanto espaço de geração de Poder, ao invés de fruto dele. Trata-se de um ponto incontornável quando pretendemos abordar o aspecto político da Museologia, pois “[...] todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder”³¹. Para Arendt, “o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo”³².

Se no geral apontamos o Museu (Tradicional, principalmente) como fruto do Poder, dando a esse último uma conotação que só pode dizer respeito ao poder institucionalizado e vertical; quando enfatizamos a militância político-social inerente aos museus da Paz - que objetivam a arregimentação dos indivíduos em prol de um tema facilmente conversível em causa de luta e reivindicação (como a ideia social de Paz em si requer) -, estamos, por conseguinte, tratando de um espaço de geração de Poder, no sentido de constituir um implemento da atuação política.

²⁹ SOUSA, 2009

³⁰ E para quem, ainda, “o que faz do homem um ser político é sua faculdade para a ação; ela o capacita a reunir-se com seus pares, a agir em concerto e a almejar objetivos e empreendimentos que jamais passariam por sua mente” (ARENDR, 2009, p. 102).

³¹ Ibid., p. 57.

³² ARENDR, 2009, pp.60-61.

Em suma, tratamos aqui brevemente de um museu cuja vocação é essencialmente política e intrinsecamente vinculada a um projeto ético de construção do futuro através da transformação do presente. De tal modo, quando podemos perceber a evolução daquilo que a “humanidade” entende por paz, compreendemos o papel que a Política e o Museu têm a desempenhar nesse âmbito, de ação orientada pela “promessa da política”³³.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Bernadette Siqueira. **A história da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os Pensadores).

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

DESVALLÉES, André. Developing country or not: there is only one museology. [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY / ICOFOM]; November/ novembre 1988, New Delhi [Índia]. **Symposium Museology and Developing Countries – help or manipulation? Muséologie et pays en Voie de développement – aide ou manipulation?. Basic papers Mémoires de Base**. Stockholm: International Committee for Museology / ICOFOM; Museum of National Antiquities, Stockholm, Sweden. (ICOFOM STUDY SERIES – ISS 14). 1988. Edited by Vinos Sofka. Reprint and edited by Martin R. Schärer. Contributors and ICOFOM reprint in charge of Anita Shah. Hyderabad, India. 1995. 289 p. Papers in English and French. French version, p. 129-135. Summary in English, p. 137.

DUFFY, Terence. **An environment for peace education: the peace museum idea**. ERIC: Education Resources Information Center, 1993. Disponível em: <http://eric.ed.gov/ERICWebPortal/custom/portlets/recordDetails/detailmini.jsp?_nfpb=true&_ERICExtSearch_SearchValue_0=ED370865&ERICExtSearch_SearchType_0=eric_accno&accno=ED370865>. Acesso em: 5 nov. 2008.

_____. The making of a peace museum tradition: case studies from Japan and Cambodia. **Hiroshima Peace Studies**, Hiroshima, n. 21, 1998, pp. 305-335. Disponível em: <<http://ir.lib.hiroshima-u.ac.jp/00015273>>. Acesso em: 21 maio 2009.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2005. 364p.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Traduzido por Marcos Zingano. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. A Gaia Ciência. In: _____. **Nietzsche**. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Os Pensadores).

PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os Pensadores).

RUSER, Ursula Marie. **Possible concept of peace museums and related institutions**. Museums for Peace: International Network of Museums for Peace, 1998. Disponível em: <<http://www.peacemuseums.org/conference.php>>. Acesso em: 21 maio 2009.

³³ “A política, tal como Arendt a entende, como criação do novo, do inesperado, como ação plural, resultado do amor ao mundo e não como violência, não somente se apresenta como uma alternativa, como algo realizável, sendo inerente à condição humana, mas também representa uma necessidade, pois é condição para a construção do indivíduo e da comunidade político-jurídica na qual nos movemos, haja vista que o reconhecimento do outro em sua diversidade não somente repercute na confirmação do sentido da minha vida, mas antes é essencial para a existência daquilo que me transcende, que me precedeu e que provavelmente não desaparecerá após o meu ‘fim’” (TORRES, 2007, p. 244).

SCHEINER, Tereza. **Apolo e Dioniso no templo das musas**. Museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental. 1998. 152f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 1998.

SEGGER, Martin. **Introduction to “Toward a Museology of reconciliation”**. Canadá, University of Victoria, 1998. Disponível em: <<http://www.maltwood.uvic.ca/tmr/segger.html>>. Acesso em: 1 ago. 2009.

SOUSA, Marcelo Sá de. **Museu da Paz: uma abordagem conceitual**. 2009. Monografia (Graduação em Museologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, Rio de Janeiro, 2009.

TILL, Christopher. **Support the Apartheid Museum**. Joanesburgo: Apartheid Museum, [20--]. Disponível em: <<http://www.apartheidmuseum.org/>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, SP, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a15v30n2.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Biografias**. Campina Grande, 2009. Disponível em: www.dec.ufcg.edu.br/biografias/. Acesso em: 1 jun. 2009.

VICTORIA, Luiz A. P. **Dicionário básico de mitologia: Grécia, Roma e Egito**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.